

6. Parecer técnico sobre o INRC

6.1 Universo analisado

O universo analisado por este INRC do candomblé, geograficamente restrito à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pode ser dividido em dois grandes blocos: *as casas ou terreiros de candomblé e locais e celebrações* que, por sua importância para este saber-fazer e religião, mantém estreita correlação com as casas de candomblé.

Listamos, ao todo, 33 casas que compõem uma *amostra* da ampla gama de terreiros de candomblé do Rio de Janeiro. Entendemos que o número é representativo, tanto numérica quanto qualitativamente sobre a diversidade das casas, nações e tradições de saberes correlatos ao bem em questão.

Aproveitamos 32 fichas de lugar e 32 questionários de lugar (INRC 7 e 8, respectivamente) produzidos pela equipe que antecedeu a esta, buscando desta fase complementar dados que estivessem disponíveis e não foram utilizados ou citados pela equipe que as produziu. Acatamos a escolha/amostra produzida pela equipe que nos precedeu, mas buscamos casas e nações de candomblé, celebrações e locais que tenham sido pouco contempladas na referida fase. Assim, por exemplo, buscamos mais uma casa Efon, o Axé Pantanal em Duque de Caxias, para compor esta amostragem.

Entendemos e ressaltamos que as 33 casas *não se configuram como um censo e nem podem ser vistas como tal*. A escolha desta amostra apenas tem a finalidade de subsidiar o IPHAN na compreensão histórica da formação dos terreiros, bem como indicar possíveis locais para proteção, de cunho inclusive material e gerar dados que permitam pensar em políticas de salvaguarda deste saber-fazer.

Também compreendemos que existem outras casas que *poderiam* ser incluídas, mas que, devido a questões técnicas expostas à frente, não puderam ser contempladas por este INRC. Da mesma forma, já indicando ações futuras, seria recomendável ao Rio de Janeiro possuir um mapeamento de todas as casas de candomblé, tal como produzido em Salvador/BA no ano de 2007. A partir deste, não apenas gera-se uma cartografia social e cultural da localização das casas e de suas ligações, mas também a percepção real de como este saber e religião se comportam na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Quanto aos locais e às celebrações, destacamos que nosso intuito era de visualizar locais que, de certa maneira, materializam este saber-fazer e religião, mas também tem alto valor para o grupo que a utiliza. Compreende-se que o plano imaterial não está dissociado do material, sendo impossível, em nosso caso, realizar tal separação.

Desta forma, o Mercado de Madureira foi contemplado no intuito de registrar um local de

venda de material para este culto/religião, mas registrar também como ele se configura como um espaço de socialização para os adeptos do candomblé e da umbanda, servindo como *locus* de troca de experiências, informações e mesmo de celebrações a serem feitas, como a Festa de Iemanjá promovida no local.

Além dele, buscamos locais históricos que subsidiam o desenvolvimento histórico do candomblé no Rio de Janeiro e que devem, por isso, estar associados à pesquisa como o Porto do Valongo e a Pedra do Sal que, sugerimos, sejam tombados pelo IPHAN como patrimônio brasileiro devido a sua alta relevância para este tipo de saber e prática religiosa.

Após uma extensa pesquisa bibliográfica, seguida de indicações do consultor da equipe, Prof. Dr. Roberto Conduru, realizamos visitas sistemáticas à Pedra do Sal, no bairro da Saúde, próximo ao Centro do Rio de Janeiro. A historiografia disponível nos indicava ali como o lugar de abertura das primeiras casa de candomblé, bem como sendo um dos "berços do samba" e local com forte identidade negra ou mesmo sendo uma comunidade tradicional negra. Apesar das visitas não terem permitido nenhuma identificação destas casas, perseguidas veementemente nos anos de 1900 a 1930, aproximadamente, pode-se perceber que o local guarda a memória desta religião, do samba, da ocupação populacional e da economia do Rio de Janeiro, fazendo necessário, inclusive, frente à descoberta do Porto do Valongo, associar tais bens e, com certeza, proceder com tombamento e proteção às edificações e, sobretudo, à memória e às tradições correlatas ao candomblé e samba que ali se encontram.

O Porto do Valongo, grande achado arqueológico escavado nas atividades de modernização da região portuária do Rio de Janeiro, deve ser visto sob a mesma ótica do trabalho que realizamos na Pedra do Sal. Seu valor à memória e à formação do candomblé, muito antes até do século XIX (as conclusões sobre as escavações ainda não foram publicizadas em revistas e periódicos), e deve ser visto não só como materializante deste processo sócio-histórico, mas sobretudo, como um local que, a partir de agora, deverá ser reapropriado pela comunidade de afrodescendentes e de praticantes de culto afro-brasileiros, como mais um espaço de troca de informações e socialização.

De forma muito semelhante, buscamos o antigo Terreiro da Gomeia em Duque de Caxias. A bibliografia e as coletas de história oral nos indicavam o local como um dos polos que, na Baixada Fluminense e associado a outras casas, teve papel fundamental na dispersão do candomblé, abertura de novas casas e recepção de ialorixás e babalorixás que migravam da Bahia para o Rio de Janeiro. Ademais, seu valor histórico, devido à figura pública e controversa de seu dirigente, Joãozinho da Gomeia, renderam alta visibilidade ao terreiro antes de seu processo de fechamento e abandono entre os anos de 1970-1980.

Apesar de ser uma projeto de cunho mais antropológico, ao localizarmos a Gomeia tivemos de proceder com metodologias arqueológicas para o resgate do que eram os espaços daquele

terreiro. Para tanto, utilizamos a formação também em arqueologia de dois membros da equipe, que, prontamente, após visita, estudos e análises, conseguiram recompor como foi o Terreiro da Gomeia.

Este local, assim como os outros, é depositário da memória do candomblé e de sua formação sócio histórica. Ao citarmos neste INRC tal local temos o intuito de também registrar a importância dele para a manutenção e permanência histórica deste saber-fazer, indicando previamente que ele seja estudado de forma mais ampla, buscando entender um fenômeno recorrente observado durante a vigência da pesquisa: o abandono e fechamento de terreiros (fato ainda sem uma hipótese definida para sua ocorrência).

Todas as celebrações que descrevemos: Festa a Iemanjá, Lavagem da Escadaria da Igreja do Bonfim, Celebração a São Jorge/Ogum e Celebração à Santa Bárbara/Iansã corroboraram para a compreensão do dinamismo que o candomblé tem assumido na contemporaneidade. Percebemos que a festa não apenas é um momento de devoção e de congregação dos adeptos, mas sobretudo de reforço identitário da religião e dos saberes relacionados às festas. Frente a enormes avanços de religiões cristãs nos ataques ao candomblé, bem verificado também na bibliografia pesquisada, as celebrações se compõem, de certa medida, como espaços ou marcos de espaços na disputa por existência e continuidade histórica, sendo, num momento futuro, um indicativo do comportamento existencial das religiões afro-brasileiras.

Particularmente, as celebrações podem ser observadas como um dos momentos de prática ou usos dos saberes relacionados ao candomblé, ou seja, o saber em sua instrumentalização cotidiana e expresso em rituais/celebrações. Percebemos a relevância de registrá-los neste INRC pela importância que os praticantes do candomblé dão a estas festas, referindo, assim, em um caso real o conceito de ressonância proposta por Gonçalves (2005).

6.2. Metodologia de coleta e tratamento de dados

Quanto aos aspectos metodológicos adotados para a produção deste INRC destacamos principalmente o preenchimento de todas as fichas e anexos presentes no Instrumento. Fato nem sempre de fácil compreensão à equipe e que demandou certo tempo de entendimento da dinâmica de entrada, correlação e auto referenciação dos dados e a coleta das informações necessárias, mas sobretudo a adequação dos dados obtidos no campo de pesquisa às especificidades das fichas.

Precedido do preenchimento, a metodologia de trabalho partiu de um extenso levantamento bibliográfico, o INRC 1, onde buscamos listar as principais obras que se detém sobre o tema candomblé. Para isso, decidiu-se pelo uso de 03 (três) bibliotecas de consulta: A Biblioteca Francisca Keller do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); as bibliotecas setoriais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em especial a o CCS/A - Centro de Ciências Sociais e a biblioteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular¹. A escolha se deu devido à relevância que tais bibliotecas tem quanto a fontes sobre o candomblé e, no caso da UFRJ e UERJ, serem locais de pesquisa sobre o tema. Assim, listamos as obras de cunho antropológico, sociológico, histórico e de folclore/tradições presentes nestes locais.

Esta busca nos permitiu traçar não apenas um "estado da arte" sobre o candomblé, mas nos atentou para locais, pessoas e temas que poderiam e deveriam ser contemplados por este INRC. Assim, a busca pelo Terreiro da Gomeia, Axé Bamboxê e pela Pedra do Sal, por exemplo, foram definidas após o levantamento bibliográfico. Temos a certeza que, sem ele, talvez tais locais não tivessem aparecido como pontos na trama da compreensão do candomblé.

A bibliografia levantada também nos chamou a atenção para um certo período de diminuição de produções sobre o tema, entre os anos de 1980 a 1990, e uma certa retomada recente pelo interesse em pesquisar o candomblé. O fato não é cabível de explanação neste INRC, mas deve ser destacável, pois expressa como o tema foi desprivilegiado por um período no campo dos estudos da religião e cultura.

De forma semelhante, a bibliografia nos permitiu ver como autores ligados a igrejas cristãs-evangélicas desenvolveram livros atacam o candomblé e demais religiões afro-brasileiras colocando-as como ligadas ao "demônio" ou a processos de possessão (ver, por exemplo a obra de Macedo, 2000). Outro ponto observado é a não incorporação de obras muito recentes nestas bibliotecas, o que expressa enorme descompasso entre o que se produz e o que está disponível para acesso, mas se encontra acessível ao mercado de venda. Tal fato foi solucionado com a sessão 3 deste volume onde desenvolvemos um texto sobre o estado da arte na produção bibliográfica sobre o candomblé. Desta forma, o pesquisador que tenha acesso a este volume e texto poderá ver como o tema tem sido produzido em livros, tendo o ano de 2012 como data limite de publicação.

Outra metodologia adotada, que pode ser compreendida como uma ação necessária e pedida pelo IPHAN, foi a revisão do material produzido pela fase anterior a esta e que podemos sistematizar na tabela 1 abaixo:

¹ Nesta mesma biblioteca tivemos acesso ao material imagético e audiovisual que compôs o INRC 4, Registros audiovisuais.

Ação realizada	Medida tomada	Observações realizadas pela equipe
Revisão das 32 fichas da fase anterior	Leitura das fichas	Alguns campos não foram preenchidos e os dados referentes não estavam disponíveis.
Acesso a entrevistas realizadas via filmagem e transcritas nas fichas	Audição das entrevistas	Entrevistas realizadas, muitas vezes, com problemas técnicos de gravação, falta de foco no entrevistado e generalistas demais, sem centralidade na formação do lugar, explanando, muitas das vezes, mais sobre algo próximo a uma "teoria geral do candomblé" do que sobre a casa, os saberes e o dirigente
Complementação das 32 fichas	Cruzamento de dados obtidos, quando disponíveis nas entrevistas gravadas e nas transcritas.	Complementamos as fichas com dados referentes ao local e ao dirigente entrevistado.

Tabela 1. Ações realizadas por esta equipe no material disponível da fase anterior a esta

A partir desta **complementação** e não produção de novas fichas a partir das já produzidas é que demos continuidade aos nossos trabalhos, produzindo as novas fichas referentes aos trabalhos e pesquisas que esta equipe e esta fase realizou. Como em toda pesquisa, entendemos que existem gargalos que impedem ou entravam o andamento da coleta de dados, não sendo de nosso interesse e nem de nossa competência tecer críticas sobre o trabalho feito. Apenas nos detemos em complementar o que era possível e quando o dado estava disponível, pois nos parecia inviável, e era uma mesma posição do IPHAN/RIO, voltar a estas casas e realizar novas entrevistas.

Compreendemos que os dados ali contidos subsidiam, de forma bem clara e concisa, o IPHAN no processo de registro do candomblé e em ações futuras de salvaguarda deste e de políticas e medidas de preservação das casas, caso o IPHAN ou outros órgãos estaduais e municipais procedam com políticas de tombamento e preservação material destes locais.

Quanto à nossa metodologia de trabalho de campo, podemos afirmar que ela esteve balizada em postulado/arcajouço teórico-metodológico chave da antropologia: o trabalho de campo e a observação participante, claramente colocados por Malinowski (1978) e revisto por Clifford (2008). Assim, o trabalho de campo é concebido na pesquisa como um jogo de “entrar” e “sair” do grupo. Tal movimento permite, no ato do “entrar”, o contato, a compreensão e contextualização das criações simbólicas, míticas e ritualísticas dos membros dos terreiro e demais locais visitados. O “sair” configura-se o momento primordial da aplicação dos postulados da antropologia – a análise e decomposição dos dados obtidos sob a forma de teorias e conclusões –, permitindo assim a compreensão do grupo, de categorias nativas e de mudanças que estejam em processo.

A etnografia e o pesquisador, desta forma, não estão isentos de pensarem o seu lugar na produção do conhecimento e de sua relação, muitas vezes, desnivelada com o grupo. Trata-se, portanto, de questionar com que autoridade a pesquisa acaba modificando ou influenciando o grupo em sua expressão do cotidiano (Clifford, 2008) sob a tutela de uma pesquisa realizada por um órgão estatal e de preservação do patrimônio. Conceber o trabalho de campo como uma “experiência etnográfica” para ambos os lados (pesquisado e pesquisador) é tentar ensaiar um texto, ou como

Clifford (2008) afirma, uma “alegoria etnográfica”, percebendo que esta experiência “pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências” (CLIFFORD, 2008, p. 34).

Assim, a etnografia foi realizada tendo como pressupostos o quatro passos (ou etapas) descritas por Silva (2009) como sendo a “situação etnográfica”: situar-se, observar, ver e escrever. O “situar” leva à reflexão de como o etnógrafo se coloca no campo, ou seja, em que circunstâncias e em que localização o etnógrafo está no momento da observação? Neste sentido, este “situar-se” deve ser favorável não apenas à observação participante, mas também à coleta de dados para a pesquisa, minimizando a presença do pesquisador e permitindo maior naturalidade ao grupo em suas expressões.

Colocado nesta forma, o “situar” se relaciona com a experiência e a “autoridade etnográfica” descritas por Clifford (2008) e leva a metodologia desta pesquisa a questionar-se se uma neutralidade absoluta e uma descrição da totalidade do grupo (Malinowski, 1978) são possíveis. Defende-se, então, que é preferível não utilizar desenfreadamente generalizações sobre o grupo e demais grupos de candomblé, mas trabalhar o terreiro como um sujeito particular que compõe o todo (Silva, 2009). A partir desta abordagem é que a pesquisa poderá, futuramente, ser utilizada como meio de comparações e generalizações com outras situações homólogas, pois fatos sociais só devem ser comparados quando em um mesmo meio gerador e sentido (Durkheim, 1999).

O “observar” leva a pesquisa a colocar no campo os problemas teoricamente construídos e como estes deverão ser constantemente reformulados durante a observação do grupo. Assim, é colocada na pesquisa a relação entre o pesquisador e o grupo ou a relação de intersubjetividade entre o pesquisador e o grupo (Silva, 2009). Nesta, o etnógrafo e o grupo tendem a possuir a mesma escala humana ou o não distanciamento entre as qualidades do objeto e do observador (Silva 2009 e DaMatta, 1978). Tal fato, contudo, não descarta que o saber científico e as técnicas do etnógrafo são legitimados pela academia e tendem a ser o diferencial no momento da observação, trazendo sempre à tona a questão do estranhamento.

Silva (2009, p. 177) destaca que “[...] o modo como o etnógrafo é acolhido terá sempre correspondências com a imagem que o intruso projeta [...]”. Assim, a busca pela neutralidade e a mínima modificação no dia-a-dia do grupo (mesmo que apenas teoricamente existentes) devem ser preocupações no campo quando o etnógrafo estiver ali coletando dados, pois determinadas ações ou intrusões do etnógrafo podem gerar dados errôneos sobre o grupo.

O “ver” está intimamente correlacionado ao “observar” e leva o etnógrafo a sempre perceber que as suas descrições tem sempre mais validade, ou são mais completas, se permeadas da presença de si mesmo no grupo. Este ponto traz à pesquisa a consciência do autor e etnógrafo na pesquisa. Por mais metódica que seja uma descrição, ela nunca estará descolada da presença e da ação do

etnógrafo. Cabe, portanto, a ele, constantemente se pensar como sujeito da pesquisa e em sua “autoridade na pesquisa” (Clifford, 2008).

Por fim, o “escrever” pode ser entendido como um momento duplo, mas em certo sentido como sendo único. O etnógrafo sai de campo, volta ao seu mundo e ali começa, via depuração dos dados, a analisar o grupo. Não se descarta, contudo, que o ato de registrar o cotidiano seja já imbuído de análises sobre o que se está vendo durante o campo. O ver pressupõe, então, a organização do que foi observado, a reorganização das premissas que levaram ao campo e a revisão e/ou crítica sobre os dados obtidos em confronto com os pressupostos e as questões levantadas no início do campo. Portanto, é no escrever que as teorias, análises, tabulações de dados quantitativos e qualitativos são inseridos na pesquisa.

Portanto, durante o campo a equipe teve algumas preocupações metodológicas para a coleta dos dados: 1. A realização de entrevistas semi estruturadas, onde buscávamos obter os dados necessários ao preenchimento das fichas do INRC, mas deixávamos o entrevistado livre para se expressar sobre os saberes do candomblé, em especial à sua preservação e manutenção; 2. As entrevistas sempre foram gravadas, identificadas, datadas e tinham como foco da imagem o entrevistado. Assim sendo, não nos interessou registrar espaços, imagens, dependências ou quaisquer outros pontos que não fosse o entrevistado e 3. A afirmação do uso da imagem exclusivamente para este INRC, seguido da assinatura dos termos de cessão da imagem e filmagem. Buscamos sempre manter a neutralidade na coleta e tratamento dos dados, primando por um comprometimento com a pesquisa e não em referendar algum ponto de vista obtido com os dados e que poderia ser utilizado pela pessoa em benefício próprio.

Após transcritas as entrevistas e os dados dos campos e inseridas nas fichas e demais locais do INRC, todo o material passava por 03 (três) revisores que compõem a equipe, sendo um o coordenador do candomblé, o coordenador da umbanda e o pesquisador que não participou da coleta dos dados. Além disso, o Prof. Dr. Roberto Conduru, realizou leituras sistemáticas, observações e críticas sobre o material produzido, aprimorando os resultados finais. Objetivamos assim, via revisões individualizadas, sanar possíveis erros de transcrição, grafia e lógica nos dados.

Sobre esse preenchimento dos dados salientamos o problema de que, muitas vezes, a formatação do texto não era possível devido à pré-formatação que as fichas do INRC continham. O fato foi comunicado ao IPHAN/RIO e após isso mantivemos a inserção dos dados.

Durante a pesquisa a equipe realizou uma série de fotografias e junto a ela a busca por imagens, sejam fotográficas ou cartográficas, para a produção do INRC. O coordenador do candomblé possui formação em fotografia, sendo constantemente auxiliado pelo coordenador da umbanda (INRC ainda em curso de produção) que tem formação acadêmica na área de artes visuais, o que proporcionou uma quantidade considerável de fotos para este INRC.

Além da produção de fotos, uma das pesquisadoras fez um acurado trabalho do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em busca de mapas que mostrassem a localização do Porto do Valongo e, como é impossível reproduzir todo o local que, ainda hoje, passa por processos de escavação arqueológica, optamos por inserir mapas que, não apenas localizam o Valongo, mas como pelas datas demonstram o valor histórico do local e sua visibilidade. Entendemos que, na falta da possibilidade da produção de próprio material fotográfico, podemos nos utilizar deste recurso. O Mercado de Madureira, por exemplo, é um caso que se insere neste tipo de metodologia adotada.

Como não é possível realizar fotos dentro das dependências do local, optamos por reproduzir fotos contidas em uma publicação cedida pelo próprio Mercado, não ausentando a ficha de imagens. De forma semelhante, as celebrações passaram por este mesmo crivo, considerando a vigência deste projeto e contrato não ter sido compatível com as datas das celebrações que julgamos ser imponderáveis para a pesquisa, utilizando-se assim de material de terceiros para o registro visual das referidas celebrações.

6.3 Gargalos presentes na pesquisa e saídas obtidas

Gargalos ou obstáculos na comprovação de hipóteses, dados de entrevistas que não respondem às necessidades, impossibilidade de realização de campo ou quaisquer outro empecilhos ou problemas durante a realização de uma pesquisa são fatos comuns e tendem a ocorrer. Por isso, fazer ciências é, constantemente, pensar em soluções para estas situações que se apresentam inusitadamente.

Becker (2007) afirma a possibilidade de gerar o que ele chama de "truques", ou seja, saídas lógicas e eficazes para problemas que se apresentem durante a pesquisa no campo social. O termo truque não deve ser entendido como engano ou mascaramento do problema, mas sim como mecanismos já testados de resolução de problemas costumeiros e que, como "gargalos", direcionam as questões para soluções e, inclusive, novos dados.

Na elaboração do presente INRC a equipe se deparou com vários problemas e teve que buscar estes "gargalos", que agora são descritos e discutidos textualmente. Abaixo, sob a forma de tópicos descrevemos problemas e soluções adotados por esta pesquisa:

1. Complementação da fase anterior de pesquisa: As fichas produzidas pela equipe que antecedeu a esta encontravam-se sem alguns dados, de forma a ter campos que deveriam ser complementados, sendo essa **complementação** uma das ações pedidas a esta equipe, como um dos focos centrais do trabalho desta fase da pesquisa.

Após acurada leitura de todas as 32 fichas, da audição das entrevistas filmadas e das leituras

das transcrições, a equipe conseguiu rastrear dados de extrema importância para a complementação pedida. Assim, quando presentes e disponíveis, tais dados foram coletados e inseridos nas referidas fichas. Portanto, nestas 32 fichas já produzidas em fase anterior a esta, os campos que se encontrarem em branco ou com o termo "não informado" significam a ausência de dados para a complementação, não indicando uma possível não complementação, mas sim a impossibilidade de realizá-la em sua totalidade esperada. Isso se fará muito presente no INRC 4 (Contatos), mas, como afirmamos, não deve ser visto como um *déficit* da pesquisa e do preenchimento, mas como uma lacuna preexistente a nossa fase de trabalho.

Durante este processo dois fatos chamaram a nossa atenção e devem ser salientados. Primeiramente, as entrevistas careciam de certo direcionamento e, apesar de abarcarem, a contento prévio, uma gama de dados sobre as casas e sobre os saberes-fazeres do candomblé, muitas delas se perdiam sem direcionamento em temas que pouco se relacionavam ao que se pretendia com as entrevistas. Ao mesmo tempo e, conforme nossa análise, questões técnicas de filmagem não foram bem observadas, gerando entrevistas com imagens sem foco ou focalizando outros quadros que o do entrevistado, apresentando ainda ruídos de fundo e interrupções abruptas.

Contudo, como já afirmamos e gostaríamos de salientar, elas foram avaliadas positivamente em momentos anteriores ao de nossa atuação e são de extrema relevância para o endosso deste INRC, sendo um direcionamento adotado por esta equipe na realização de entrevistas a organização destas em questões semi-estruturadas, onde guiávamos os entrevistados para as informações que desejávamos analisar, mas, ao mesmo tempo, deixávamos um espaço livre para que a pessoa pudesse expressar sua opinião sobre a pesquisa e, principalmente, sobre o candomblé como patrimônio a ser preservado.

A segunda questão que salientamos é, infelizmente, a ausência de um par de fichas referentes ao Inzo Ia Nzambi – Ngana Kingongo – Tumba Jussara. Não podemos precisar como, quando e em que situação tal fato ocorreu, mas as fichas do INRC 7 e 8 destas casas não constarão no produto final do INRC. Assim que as mesmas forem localizadas no IPHAN/RIO elas poderão ser introduzidas neste Instrumentos, compondo o relatório final sobre o candomblé no Rio de Janeiro.

Assim, ao passo que a casa seja citada em algum anexo do INRC, em especial o 3 e 4, não haverá como associar a ela alguns dados ou informações. As que disponibilizamos advém da publicação resultante da fase anterior e de pesquisas próprias da equipe.

2. A não inclusão do Axé Bamboxê nesta pesquisa: Após a produção da bibliografia e sob as recomendações do Prof. Dr. Roberto Conduru, decidimos por registrar o Axé Bamboxê presente no Rio de Janeiro, pois configura-se como uma casa de alto valor para a compreensão do candomblé. Para tanto, entramos em contato com a casa, mas seus gestores não se mostraram solícitos para a

recepção dos pesquisadores. Tentando registrar a casa, mas sobre outro caminho/direcionamento, realizamos uma entrevista com o babalaô Ivanir dos Santos, que muito nos informou sobre o Axé Bamboxê, mas quando questionado sobre uma visita e se ele poderia fornecer os dados que precisávamos, não se comprometeu em ceder tais informações alegando que não podia falar em nome do Axé.

Contudo, a entrevista está em anexo, mas sem a produção das fichas 7 e 8 do INRC para a casa. Apesar de não as produzir, destacamos a extrema relevância que esta tem na formação do candomblé carioca e a importância de se registrar sua presença nesse solo.

3. *Questões relativas ao Porto do Valongo:* Como já informado, temos o Porto ou Cais do Valongo como um local de extrema relevância para a pesquisa. Contudo, alguns gargalos se colocaram durante a mesma. O local é um sítio arqueológico, e sob esta dinâmica, em constante trabalho e estudo. Por isso, tivemos um sério problema com a informação de dados sobre ele, o que foi resolvido com a consulta da Ficha de Sítio Arqueológico presente no IPHAN/RIO e mesmo com uma das arqueólogas que trabalha nele. Desta forma, conseguimos produzir a ficha sobre sítio, INRC 7, de forma extremamente satisfatória, mas o questionário de sítio, INRC 8, não pode ser produzido.

Esta ficha pressupõe que alguém associado ao bem possa falar sobre ele. O fato é que não se tem ninguém que possua um forte e destacável vínculo, precedido de um relativo período ou *continuum* histórico, que possa se pronunciar sobre o Valongo. As pesquisas arqueológicas datam do ano de 2011 e há pouco mais de 6 ou 8 meses é que elementos relacionados à religiosidade negra tem sido encontrados e veiculados na mídia e entre os adeptos do candomblé e demais cultos afro-brasileiros. O que nos coloca numa situação de clara "invenção da tradição", num caso bem clássico como o analisado por Hobsbawm e Ranger (1997), onde há pouco tempo os terreiros "descobriram" no Valongo um local de seu passado religioso, social e étnico.

Entendemos que, em tal caso, torna-se necessária a percepção, num período de tempo mais alargado, de como este local será apropriado ou reapropriado, e também significado, pelos adeptos dos cultos afro-brasileiros. Fato que agora ainda está numa fase muito germinal, mas presente, com a realização de rituais por Mãe Edeuzita.

Assim, a partir desta posição teórica, optamos por não realizar a ficha 8 do Valongo, pois não há ninguém que possua um vínculo tão pretérito com ele ao ponto de poder falar sobre o local. Contudo, não descartamos, e desenvolveremos mais à frente, a importância da preservação deste local para a cultura, memória e patrimônio afro-brasileiro.

4. *Questões relativas as fichas 5 e 6 do INRC, ficha de sítio e localidade:* Para o INRC pode haver

uma clara separação entre o sítio onde há a expressão a ser descrita e preservadas e a localidade onde ela está inserida, de modo que as informações acerca disso são trabalhadas de forma diferente e em fichas diferentes. Ocorre que, para o candomblé, e já adiantamos que a umbanda passa por mesma situação, o sítio inventariado e a localidade são os mesmos.

Para nossa pesquisa adotamos a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como o foco de nossas análises, por concentrar a maioria das casas que compõem a amostra. Ele tende a ser, ao mesmo tempo em nossa ótica, o sítio e a localidade das casas, sob esse aspecto tidas como o "lugar" (INRC 3) por excelência de nossa atuação. Assim, não tivemos como gerar dois dados diferentes para preencher as duas fichas, sendo as mesmas quase que uma ficha apenas e trabalhada com dados de extrema similitude.

5. Questões acerca do INRC 3 - Bens culturais inventariados: Durante o preenchimento deste anexo do INRC nos deparamos com algumas escolhas que gostaríamos de frisar e esclarecer nossos posicionamentos. Em primeiro lugar adotamos os terreiros ou casas de candomblé como categoria "lugar" e estes como o *locus* privilegiado de nossas pesquisas de campo, a ele somamos como lugar outros pontos visitados: Valongo, Pedra do Sal e Terreiro da Gomeia, por adotarmos que eles tem valor igual ao das casas. Tal posição se deve ao início do projeto ter sido feito a partir da seleção de 32 casas, fato já transcorrido e debatido neste relatório, e que por isso optamos por seguir esta linha, acreditando que a exemplificação de casas que podem, ou passar por registro e tombamento, ou serem de extrema importância para o registro imaterial do candomblé, é de grande valia para o desenvolvimento de todas as fases desta pesquisa.

No campo ou categoria "edificações" não incluímos nenhum local visitado, seja ele o Mercado, a Pedra do Sal ou mesmo as igrejas em que se realizam as celebrações descritas, pois cremos que "edificações" tenham um valor muito mais fechado, ligado fortemente ao plano material, do que a categoria lugar, que pode absorver processos de ressignificação, fluidez da cultura ou mesmo manifestações ritualísticas.

Também a categoria "ofícios" não foi preenchida, pois, sob nossa perspectiva, apenas ela já seria considerada um INRC por si só, carecendo de um amplo e profundo estudo, não objeto de nosso contrato. Compreendemos que os ofícios de ferreiro, produtos de roupas, de fios de conta, de barraria ou mesmo de estátuas e outros manufaturados estão inseridos numa cadeia produtiva e de significados tão intrínsecos que não caberiam ser listados neste INRC, pois o foco é o candomblé como saber-fazer. Para nós, mesmo associado a este saber-fazer, a ampla gama de atividades, de pessoas e de redes sociais que as ligam, desde os fornecedores de matérias-primas, os produtores e os consumidores, não seriam contemplado se apenas descritos nas fichas. Os "ofícios" ligados aos cultos afro-brasileiros necessitam de um estudo aprofundado e com maior tempo de pesquisa e

levantamento de dados, fatos que não possuíamos neste momento, preferindo dar conta do processo de descrição das casas como "lugares" já iniciado.

Da mesma forma a categoria ou campo "Formas de expressão" não foi preenchida, pois consideramos que as festas realizadas nos terreiros e as celebrações que descrevemos são, efetivamente, formas de expressão dos "lugares" privilegiados pela pesquisas, os terreiros, daí não associarmos ou arrolarmos no campo nenhum bem ou expressão. Sob esta afirmação ratificamos que, no caso do candomblé, certas especificidades tiveram de ser consideradas e foram, sob o enfoque da equipe, trabalhados desta forma.

6. Sobre a pesquisa realizada no Terreiro da Gomeia: A bibliografia e as fontes históricas nos atentaram para a existência de um terreiro em Duque de Caxias, de nação Angola, que possuiu enorme destaque na formação do candomblé carioca, o Terreiro da Gomeia, comandado por Joãozinho da Gomeia, migrante baiano que se fixou no Rio de Janeiro por volta dos anos de 1930.

Seu caráter extraordinário está na formação de uma série de outros terreiros que saíram do seu com seus filho de santo, sendo um bom exemplo o Terreiro Ilê Asé de Yá Atará Magbá, de Gisele Cossard Omindarewá, bem como a ligação e ajuda mútua que este terreiro teve entre os demais que se formavam naquele tempo². Contudo, após a morte de Joãozinho e um complicado processo sucessório na casa, esta veio a ser fechada, transferida para São Paulo por uma das alas em conflito e o local do terreiro abandonado.

Contudo, a bibliografia sempre nos apontava para a sua existência e o rápido sumiço da casa após seu desuso. O Prof. Dr. Roberto Conduru, indicou a necessidade de pesquisar onde seria o terreiro, pois as informações de sua localização eram desencontradas, bem como tentar pesquisar sua história, patrimônio e memória para a construção deste INRC.

Após um período de busca entre os membros de cultos afro-brasileiros, o coordenador do candomblé, Rodrigo Pereira, conseguiu localizar o possível endereço do terreiro e procedeu com uma vistoria no local. Como ele também possui formação em arqueologia e pela antropologia nada se poderia fazer para averiguar a hipótese do lugar indicado ser o Terreiro da Gomeia, ele e a pesquisadora Maíra Ribeiro, também com formação em arqueologia, realizaram uma série de pesquisa com metodologias da arqueologia para conseguir, enfim, afirmar que havia se achado não apenas o terreiro, mas as estruturas do barracão, quartos de santo e da entidade cabocla, o Caboclo Pedra Preta, da Gomeia.

Após tal trabalho, que, em nossa visão só acrescentou valor à pesquisa, retomou-se a metodologia do INRC, o preenchimento da ficha de lugar (INRC 7) e o questionário de lugar (INRC 8), gentilmente respondido por Mãe Maria de Xangô, do Axé Pantanal, que teve a

² Sobre este ponto basta ver a entrevista de Mãe Maria de Xangô do Axé Pantanal e seu relato de como Joãozinho ajudou a seu avô, Cristóvão dos Anjos, no período de fundação deste axé.

oportunidade de frequentar o Terreiro da Gomeia em sua infância. Assim, apesar de algumas fotos terem um caráter mais arqueológico, com a indicação de tamanho de estruturas construídas e camadas de sedimento identificadas, todo o resto foi trabalhado nas mesmas premissas dos outros locais aqui descritos.

6.4. Resultados obtidos

Os resultados obtidos por esta pesquisa encontram-se no Volume II deste relatório e consistem nas fichas devidamente preenchidas de todos os anexos do INRC. Apesar da dificuldade inicial no preenchimento, já descrita anteriormente, logo que as dúvidas foram sanadas pelo IPHAN/RIO, o fluxo de dados auto referenciáveis forneceu de forma satisfatória, os conteúdos necessários ao INRC.

Compreendemos e salientamos que ele, sem dúvidas, possui alto grau de especificidade, se comparado a outros INRC's. Contudo, a diferença deve ser vista como ponto positivo, pois pode levar a um aprimoramento do Instrumento ou mesmo uma reflexão sobre os passos de pesquisa nestes casos, já que os mesmo são recorrentes no IPHAN. Todos os dados, fichas, fotos e vídeos utilizados encontram-se no Volume II deste INRC e podem ser acessados tanto de forma impressa, como aqui, ou de forma digital nos CD's em anexo às fichas produzidas.

A equipe considera os resultados obtidos satisfatórios, tendo em vista as dificuldades que tivemos em sua produção. Após esta, é que podemos realizar, sem constrangimento algum, indicações e perspectivas futuras de pesquisa sobre o universo analisado ou mesmo ações que achamos importantes. A próxima sessão deste relatório se deterá nestas indicações.